

# As Malvinas e o petróleo: perspectivas

## Falklands and the oil: perspectives

Carlos Eduardo Vidigal\*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 143, mai.-jun. 2014 [p. 19 a 27]

### Introdução

À medida que se aproxima o início da extração comercial do petróleo na bacia de Sea Lion, ao norte das ilhas Malvinas, os ânimos de argentinos, ingleses e ilhéus – ou *islanders*, como preferem ser chamados – afloram, e o assunto retorna ao elenco de prioridades da agenda geopolítica do Atlântico do Sul. O tema não é novo. Antes da crise e da guerra de 1982 ou, mais precisamente, no início da década de 1970, foram realizados os primeiros estudos sobre o potencial petrolífero da região e a questão de sua eventual exploração fez-se presente nas causas do conflito, mesmo que indiretamente.

Os pontos de vista de Buenos Aires e Londres não se alteraram substancialmente desde o conflito, embora, na década de 1990, o presidente Carlos Menem tenha flexibilizado o relacionamento com as ilhas. Com efeito, a partir de sua ascensão à Presidência, Menem iniciou diálogo com Londres e, em reunião em Madri, foram tomadas decisões no sentido de restabelecer as relações consulares, vínculos econômico-financeiros, comunicações aéreas e marítimas, culminando com o restabelecimento de relações diplomáticas, em fevereiro de 1990 (RAPOPORT, 2000, p. 964-965). Com essas medidas, a zona de exclusão estabelecida em 1982 foi suspensa e os direitos sobre as ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul foram congelados.

Os acordos de Madri, entretanto, não representaram o fim das tensões. Desde 1986 não havia acordo sobre os direitos de pesca, em virtude da iniciativa britânica de estabelecer a Zona de Administração e Conservação Pesqueira, o que incentivou os ilhéus a conceder licenças de pesca a embarcações de diversos países. Essa atividade transformou a economia do arquipélago, que passou de uma região basicamente pastoril a uma área economicamente dinâmica. Outra fonte de atrito era o potencial petrolífero da região, dissenso potencializado com o início de estudos sísmicos, com a decisão do Reino Unido de reivindicar uma zona exclusiva de 200 milhas ao redor das ilhas e de sinalizar para a prospecção de petróleo nessa área, já em 1992. O governo argentino rejeitou em assembleia das Nações Unidas os propósitos britânicos, no que contou com o apoio diplomático de vizinhos latino-americanos.

A dimensão regional da contenda não é tema menos importante. O Brasil, que representara os interesses argentinos em Londres entre maio de 1982 e fevereiro de 1990, e que anunciara, a 2 de abril de 1982, o reconhecimento dos direitos argentinos sobre as ilhas, acompanhou o posicionamento de Buenos Aires nas décadas seguintes. Com efeito, ao iniciar seu projeto de promoção da integração sul-americana, na década de 1950, o Rio de Janeiro passou a apoiar a Argentina em temas sensíveis como a presença do país na Antártida e os direitos argentinos sobre as ilhas sul-atlânticas, além de estimular a adoção de políticas comuns junto à Agência Internacional de Energia Atômica (VIDIGAL, 2009). É nessa perspectiva mais ampla que o posicionamento brasileiro deve ser compreendido, o do apoio à política da Casa Rosada, mesmo nos momentos de maior tensão.

\* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (cvidigal@gmail.com).

Os acontecimentos das últimas décadas recolocaram a questão das Malvinas no centro das preocupações estratégicas argentinas e foram objetos de resoluções das novas instituições internacionais regionais, como a CELAC e a UNASUL. Esse movimento levou Londres a iniciar, nos últimos anos, uma campanha de divulgação das realizações e dos anseios dos *islanders*, como contraponto ao futuro aumento das tensões, já vislumbrado no horizonte. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos do contencioso anglo-argentino e perscrutar alternativas para a solução pacífica da disputa, à luz de viagem recentemente realizada pelo autor às ilhas, como membro de delegação de acadêmicos brasileiros, a convite da embaixada do Reino Unido em Brasília.

Desde já, no entanto, deve-se admitir que as perspectivas estão longe de ser auspiciosas, uma vez que os dois países se encontram diante de uma questão fundamental: os britânicos, vitoriosos na guerra, não admitem discutir o tema da soberania e não reconhecem caráter litigioso da questão; os argentinos, que mantiveram historicamente reivindicações sobre a soberania, não aceitam iniciar negociações sem que o tema soberania esteja em pauta. A história nos ensina que, nesses casos, há apenas duas alternativas: a solução pelas armas, o que não é o caso; ou aguardar uma nova conjuntura histórica, em que uma ou ambas as partes flexibilizem suas posições, a partir de mudanças eventualmente ocorridas em sua política interna.

## O Petróleo

O petróleo, como mencionado acima, não é um tema novo no debate sobre a soberania das ilhas Malvinas. Nos primeiros anos da década de 1970 foram realizados estudos na região e os resultados se mostraram positivos quanto à presença de bacias petrolíferas, embora existissem dúvidas quanto às condições locais de exploração e sua viabilidade comercial (MARGHERITIS, 1992, p. 146). Com a crise do petróleo e o choque de preços de 1973, estudiosos argentinos fizeram previsões extremamente otimistas – o Mar Argentino seria o “novo Kuwait” – enquanto que os britânicos produziram o informe Shackleton, sobre as Falklands (1976), que igualmente contribuiu para o acirramento dos ânimos. O informe era cético quanto à exploração do petróleo (e da pesca) em larga escala, e incluía recomendações sobre uma maior cooperação com a Argentina. Nos anos seguintes, Londres deu sinais de disposição para negociar a retirada das ilhas, no caso de ser possível uma solução política aceitável (HEPPLE, 1990). O diálogo, no entanto, não avançou, o que contribuiu para a iniciativa do regime militar argentino em março-abril de 1982.

O petróleo deve ser incluído, portanto, no elenco de causas da crise e da guerra de 1982, embora não tenha desempenhado um dos papéis principais. Serviu, muito provavelmente, como incentivo aos militares argentinos para forçar o avanço das negociações no âmbito das Nações Unidas, incluindo a estratégia da ocupação de 2 de abril, assim como para a chefe de governo britânica, Margareth Thatcher, convencer, posteriormente, o parlamento da necessidade da ação armada. Após o conflito, a Grã-Bretanha deu início a uma política de alto custo, ao apoiar tanto a autodeterminação, ou seja, a manutenção da soberania, quanto o desenvolvimento econômico dos *islanders*. Naquela década, as mudanças ocorridas na Argentina, principalmente a redemocratização, não redundaram em outro comportamento quanto ao papel chave das ilhas em sua política regional.

Os britânicos, por outro lado, passaram a atribuir maior atenção para a região do Atlântico Sul e para a América do Sul. Ao final da década, era a seguinte a interpretação do geógrafo inglês Leslie W. Hepple (1990, p. 244):

*El nuevo compromiso político y financiero significa que Grã-Bretanha debe buscar una visión más coherente de la región, aunque esto no esté expresado en un lenguaje geopolítico explícito. El desarrollo futuro a largo plazo del Atlántico sudoccidental requiere cooperación entre Gran Bretaña y la Argentina, pero como la soberanía*

*es un punto no negociable para ambas partes, la rivalidad parece destinada a continuar. El Atlántico Sur permanecerá por algún tiempo como zona de tensión.*

O acerto do prognóstico de Hepple é irrefutável, tanto no que diz respeito à necessidade de cooperação, quanto à continuidade das tensões. Nas duas últimas décadas, dois acontecimentos, entre outros, recolocaram – com mais força – o tema das Malvinas entre os assuntos prioritários da geopolítica do Atlântico Sul.

A 22 de agosto de 1994, o Congresso argentino incorporou, em meio à reforma constitucional, como a primeira das disposições transitórias, texto que estabelece “a legítima e imprescritível soberania sobre as ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e espaços marítimos e insulares correspondentes, por ser parte integrante do território nacional”. Afirma, igualmente, que a recuperação desses territórios e o exercício da plena soberania devem ocorrer com respeito ao modo de vida de seus habitantes. Ao assumir a presidência argentina, a 25 de maio de 2003, Néstor Kirchner anunciou uma nova etapa no tratamento da questão: “*Venimos del Sur de la Patria, desde la tierra de la cultura malvinera y los hielos continentales y sostenemos ineludiblemente nuestro reclamo de soberania sobre las islas Malvinas*” (Apud BOLOGNA, 2006, p. 219-220).

O segundo acontecimento foi a retomada da prospecção do petróleo, no ano de 2010, com a atuação de companhias petrolíferas tanto no Norte quanto no Sul das ilhas. Segundo informe do governo local, não foram previstas atividades de exploração do óleo para o ano 2013, principalmente em virtude de avaliações sobre os limites técnicos para isso; porém, a companhia Noble Energy tem previsto o início de um novo programa de exploração para o segundo semestre de 2014 (Falkland Island Government Policy Unit, *Briefing on Falkland Islands Economy* –, september 2013). Já na bacia de Sea Lion, os avanços foram significativos e os trabalhos desenvolvidos avançam para a fase de produção, prevista para os anos de 2018 e 2019.

Na perspectiva do governo local – não reconhecido pela Argentina – o crescimento médio da primeira década do século XXI, de 3,8% ao ano superou o do Reino Unido (1,6%), e a pesca, principal responsável por esse desempenho, continuará a sustentar altas taxas de crescimento nessa segunda década. Nesse sentido, a exploração de petróleo e de gás permitirá maior aporte para a economia das ilhas: “*with the Sea Lion discovery now moving towards a production phase, commercial supply of oil is expected to commence in 2018/2019 and is predicted to contribute significantly to the country’s economy*”. Com o destino de 9% das rendas do petróleo para pagamento de *royalties* e de 26% para o governo local, há um otimismo iniludível entre os *islanders* quanto ao futuro. De acordo com o censo realizado em 2012, o coeficiente GINI das Malvinas era de 0,38.

Embora não seja possível estimar o conjunto do potencial petrolífero para a exploração nas próximas décadas, visto que os informes britânicos e locais tendem a subestimá-lo, talvez com acerto, o início da produção de hidrocarbonetos poderá ter efeitos negativos do ponto de vista político. Essa leitura advém tanto da política argentina de bloqueio, efetivo, às ilhas, quanto do pleito dos ilhéus de estabelecimento de rota aérea ligando Stanley à Argentina e de retorno à situação dos anos 1990, sem, no entanto, estarem dispostos fazer quaisquer concessões. A esses posicionamentos somam-se percepções mais ou menos equivocadas de ambas as partes, que limitam a possibilidade do estabelecimento de diálogo. Em relações internacionais, o pré-requisito para a negociação é que cada parte esteja disposta a ouvir a outra.

## O ressentimento argentino

O ressentimento não é uma categoria desconhecida da intelectualidade argentina. Está presente no debate em torno de assuntos de política interna, como o mito – tese para outros – do longo declínio do país, e se faz presente igualmente na história das Malvinas e do conflito de 1982. Nos últimos anos, com a inclusão da exploração do

petróleo na geopolítica do Atlântico Sul, as manifestações de *enojo* se tornaram comuns. Mesmo em textos e autores que primam pela fidedignidade da informação e que valorizam o equilíbrio da análise, se encontra o ressentimento.

Um exemplo dessa perspectiva é o livro de divulgação, vendido em bancas de jornal na Argentina, de autoria do jornalista e escritor Federico Bernal, intitulado *Malvinas y petróleo: una historia de piratas*. O subtítulo da obra depõe contra a riqueza do texto. Não obstante, no prólogo do livro o ex-chanceler Jorge Taiana parabeniza o autor por difundir a história “*no oficial*” (aspas no original), após afirmar que “*la Argentina está decidida a impedir, protestar y denunciar por vía diplomática todo tipo de actividades unilaterales británicas en territorio nacional argentino*”, e de sublinhar que a Argentina não está só, em razão do apoio do Mercosul, Unasul e outros foros internacionais.

Por não oficial Bernal compreende a história não retratada pelo Foreign Office nem pela grande imprensa argentina, ou seja, a das negociações da diplomacia argentina junto às Nações Unidas, à OEA e ao Grupo de Países Não-Alinhados, entre 1945 e 1976. Em sua visão, a *desmalvinización* da história compõe uma estratégia política, ideológica e diplomática tendente a recuperar a soberania sobre as ilhas, a eliminar a ameaça no plano militar e a frear a exploração dos recursos naturais *en nuestras islas*. Em outras palavras, o conhecimento mais profundo as negociações acima referidas permite o debate da questão em termos menos acalorados. Por outro lado, o ressentimento se faz presente em algumas passagens do texto, como no tratamento ao tema do petróleo:

*La ilegítima exploración petrolera británica en las islãs Malvinas avanza rápidamente no solo em materia de nuevos resultados y consecuencias, sino también en cuanto al nivel de politización que los grandes médios de prensa locales le dan al asunto. En efecto, gruesos errores de interpretación periodística conviven con la omisión de datos que bien podrían aportar un mejor entendimiento por parte del pueblo argentino, a su vez fundamental para un rechazo masivo y consciente de la avanzada pirata* (BERNAL, 2010, p. 105).

Mais grave, do ponto de vista do culto ao ressentimento, são as manifestações da Presidente argentina, Cristina Kirchner, que não somente sustentam o ponto de vista oficial, como alimenta o nacionalismo e fortalece as prevenções contra a presença britânica e as atividades dos ilhéus. Recentemente, ao rememorar os acontecimentos de 2 de abril de 1982, no 32º aniversário do conflito, Cristina Kirchner procedeu ao lançamento de uma cédula de cinquenta pesos com a imagem das ilhas, exibiu uma bandeira que fora hasteada nas Malvinas, por 36 horas, em 1966, e fez duros questionamentos – ou provocações, sob outro ponto de vista – ao governo britânico. A ênfase recaiu sobre a presença militar britânica:

*La verdad es que constituye la base militar nuclear de la OTAN en el Atlántico Sur. (...) El gobierno inglés no desglosa en su presupuesto los gastos destinados a Malvinas. Es lógico para un gobierno que está en todos los frentes y siempre está del lado del agresor. (...) Eso es una pena porque hay un 20 por ciento de jóvenes desocupados. Sería bueno que Inglaterra se dedique menos a guerrear y más a su pueblo* (La Nación, 02/04/2014).

O tom dos discursos de Cristina, mesmo que tenham sido destinadas prioritariamente ao público interno, não favorecem o restabelecimento do diálogo, mas é mantido talvez pelo fato de a presidente identificar atitude semelhante por parte do governo Cameron. Mais sofisticados são os argumentos de Federico Bernal, para quem as negociações mantidas junto às Nações Unidas, durante a guerra fria, indicam a suposta irregularidade da exploração econômica nas ilhas, interpretação que contaria com o aval das Nações Unidas.

## A propaganda anglo-ilhéu

O ressentimento não é uma exclusividade argentina. Os livretos de publicidade – e propaganda – produzidos pelos ilhéus e britânicos têm por objetivo divulgar a cultura, o estilo de vida e as realizações dos habitantes das ilhas,

valorizando a história das famílias, o empreendedorismo local, o potencial de turismo e a memória da guerra. Com acabamento gráfico impecável, já traduzidos para o espanhol e para o português, encantam ao revelar a geografia surpreendente – o desenho das ilhas e a paisagem marcada pelas areias e pedras, colinas e águas. A narrativa sobre a trajetória das famílias mais antigas colhe a simpatia do leitor. Entretanto, o material concorre para a afirmação da soberania britânica e defesa dos direitos dos ilhéus e não para a abertura ao diálogo.

Na apresentação de um dos livretos, Leona Roberts, diretora do Fundo Nacional e Museu das Ilhas Falklands, apresenta, com clareza e elegância, a força e os limites do discurso local (segundo a versão em Língua Portuguesa):

A nossa história deve ser levada em conta para se entenda o que significa ser um cidadão das ilhas Falkland. Trata-se de uma história bastante curta. A povoação é relativamente recente: começou no século XVIII [sic], mas passou a ocorrer de forma contínua apenas a partir do século XIX. Diferentemente do que os impérios espanhol e português encontram quando colonizaram a América do Sul, as ilhas Falkland nunca tiveram uma população indígena, motivo pelo qual não temos monumentos antigos nem mitologias românticas que definam a nossa identidade de habitantes das ilhas Falkland. Outras pessoas teceram, por conta própria, alguns mitos acerca da nossa história, o que explica as várias concepções errôneas referentes a quem somos e ao nosso direito de chamar as ilhas Falkland de nosso lar (Livreto *Nossas Ilhas, Nossa História*).

Não é o caso aqui de iniciar uma discussão – potencialmente infundável – sobre os direitos históricos ou jurídicos de argentinos e ingleses, mas de assinalar a visão refratária ao diálogo. Ao arripio das discussões dos anos 1960 e 1970 nas Nações Unidas, há um esforço deliberado de estabelecer “o que significa ser um cidadão do nosso país”. Ao fazer uso do vocábulo *country*, os limites são estabelecidos previamente: o contencioso é negado, assim como a discussão sobre a soberania. Deve prevalecer a trajetória histórica que atribuiu aos *islanders* o direito de autodeterminação, potencializado pelo plebiscito realizado no ano passado.

O plebiscito tornou-se referência obrigatória. Em 11 de março de 2013, uma maioria esmagadora dos 1.672 residentes das ilhas Malvinas registrados como eleitores responderam “sim” à pergunta escrita na cédula eleitoral: “Você quer que as ilhas Malvinas mantenham sua atual condição política de Território Internacional do Reino Unido?” A legitimidade do plebiscito é questionada pela Argentina e pela maioria dos países latino-americanos. Assim, a publicidade e a propaganda que, aparentemente objetivam a consolidação do status quo, contêm aspectos negativos evidentes. Nos textos, a história é apresentada de forma peculiar, os argentinos são chamados de “outras pessoas” e o ressentimento relacionado à guerra é potencializado.

No livreto acima mencionado, há a seguinte referência aos acontecimentos de 1982: “este livreto não é mais um histórico dos acontecimentos de 1982, pois vários desses registros já foram publicados. Todavia, seremos eternamente gratos às forças britânicas que libertaram as nossas Ilhas da ocupação dolorosa, embora breve, das forças argentinas; o sacrifício deles restaurou a nossa liberdade e garantiu o nosso futuro, e jamais será esquecido”. No livreto *Nossas Ilhas, Nosso Lar*, que retrata a trajetória de vida de muitos ilhéus bem-sucedidos, o texto de abertura traz a seguinte redação:

Esta publicação, que mostra a vida dos habitantes das Falklands uma geração após a guerra, é dedicada aos homens e mulheres das Forças Armadas de Sua Majestade e a todos aqueles que ajudaram a libertar as Ilhas Falkland da ocupação argentina de 1982. O sucesso de hoje é o legado de seu sacrifício. Esse é seu legado e seremos eternamente gratos.

A semelhança dos textos não é coincidência. Revela, por um lado, o que maioria dos habitantes pensam e sentem em relação a 1982, como comprova a ampla circulação do livro de John Smith, *74 days: An Islander's Diary of the Falkland Occupation*; e, por outro, o processo atualmente em andamento de construção da memória da guerra, de



uma memória particular que nega as relações históricas com a América do Sul e que sugere que qualquer mudança para melhor não precisa de contrapartidas. O que se vê, ademais, são cidadãos ricos e satisfeitos com o crescimento econômico, residências confortáveis; produtos britânicos nos mercados e a base militar de Mount Pleasant – Mount Pleasant Complex (MPC) – para sua proteção.

É provável que não seja outro o interesse da elite local e mesmo de Londres. Nessa perspectiva, não há contencioso. A guerra confirmou os direitos britânicos, a autonomia e a democracia locais são legítimas e qualquer novidade nas relações com a Argentina deve ser fruto de iniciativa de Buenos Aires, que também se beneficiaria economicamente restabelecendo laços comerciais e voos regulares com Stanley. Entretanto, a história e a geografia cobram uma leitura menos romântica a respeito da atual situação geopolítica do Atlântico Sul.

## Identidades inegociáveis

A identidade nacional e seus princípios inegociáveis levam, muitas vezes, as sociedades à guerra. Como afirmado anteriormente, não é esta a situação presente nas ilhas Malvinas e somente uma conjuntura histórica substancialmente distinta da atual poderia sustentar essa possibilidade. A situação atual é de conforto, quando analisada a partir de Londres ou de Stanley, conforto este quebrado apenas pela lembrança da década de 1990 ou quando vislumbrados os efeitos que o reatamento com o continente – Montevidéu, Rio Grande (RS), São Paulo e mesmo Buenos Aires – traria para a economia local. Vista a partir da Casa Rosada, a questão também pode ser interpretada como confortável, mas por outras razões.

As Malvinas são parte da construção do imaginário nacional argentino; são utilizadas como um coringa no jogo político interno, algumas vezes com um discurso de difícil compreensão, mas de fácil assimilação; e contam com a solidariedade dos vizinhos sul-americanos, em maior ou menor grau. Nesse último aspecto, há toda uma tradição de luta em favor da não intervenção e da autodeterminação dos povos na história latino-americana. Essa trajetória facilita a assimilação de alegações de Cristina Kirchner, como no discurso acima. Para a presidente argentina, *“a verdad sobre Malvinas es que constituye la base militar nuclear de la OTAN en el Atlántico Sur”*. Civis e militares sul-americanos que dirigem as iniciativas da UNASUL e da CELAC têm reiterado essa interpretação, não obstante as sinalizações contrárias de Londres.

Resolução da CELAC, de janeiro de 2014, aprovou apoio ao pleito argentino sobre as ilhas Malvinas, juntamente com a condenação do embargo econômico mantido pelos Estados Unidos em relação a Cuba. Na visão de parte dos *islanders*, haveria uma contradição entre a condenação do bloqueio a Cuba e o apoio ao bloqueio argentino em relação às ilhas. Não há sustentação histórica para este argumento, visto que a questão de Cuba se relaciona à *rebelión permanente*, como o historiador chileno Fernando Mires denominou o histórico de rebeldia na América Latina. Ademais, a facilidade encontrada pela Argentina nos foros internacionais regionais, na obtenção de apoio às suas reivindicações, relaciona-se com o padrão histórico de exploração da região por parte de grandes potências, com a percepção da ameaça representada por uma base militar britânica – e da OTAN – próxima ao continente e pela penetração das ideias marxistas em setores das universidades latino-americanas.

Soma-se a essas forças, o projeto de integração sul-americano, muitas vezes liderado pelo Brasil (sempre com constrangimentos), que envolve não apenas o Mercosul, mas a UNASUL e demais instituições sub-regionais. O historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira identificou uma percepção presente desde a época do principal chanceler brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, a de que o Brasil exerceria livremente sua influência sobre a América do Sul, assim como as Américas do Norte, Central e o Caribe, teriam nos Estados Unidos seu centro de gravitação (BANDEIRA, 2006, p. 270). Trata-se de uma percepção, parte da mentalidade das elites encarregadas

das relações exteriores do país e não de uma política de Estado. No entanto, contribui para a compreensão do significado da integração sul-americana para segmentos dos grupos dirigentes do Brasil.

Os parágrafos acima ilustraram a complexidade do tema referente à soberania sobre as ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, assim como a crescente animosidade de ambas as partes, reveladas no tratamento do tema, seja por meio da imprensa, seja nas políticas oficiais. As ilhas, em maior ou menor grau, tornaram-se parte do imaginário e das identidades das sociedades envolvidas na reivindicação da soberania. Atualmente, não há solução para a questão, que continuará marcando a geopolítica do Atlântico Sul nos próximos anos.

## Conclusão

Embora não esteja no horizonte das relações internacionais sul-atlânticas a superação pacífica ou violenta da controvérsia em torno das Malvinas, não seria difícil imaginar saídas para o litígio, pelo menos do ponto de vista acadêmico. Todos os envolvidos teriam que ceder em pontos atualmente inegociáveis, para obter ganhos substanciais para suas sociedades. Poderiam os ingleses abrir mão de uma base militar nas ilhas, por meio de negociação com a Argentina e a UNASUL, tendo como contrapartida o atendimento de interesses econômicos? Poderiam os argentinos flexibilizar o pleito relativo à soberania, aceitando direitos compartilhados com Londres, em respeito ao quase século e meio de excelente relacionamento histórico entre os dois países (1810-1945)? Poderiam os *islanders*, tendo seus interesses econômicos, de propriedade e de estilo de vida respeitados, observar as vantagens que o livre comércio com países sul-americanos, incluindo a Argentina, traria para seu cotidiano?

Na universidade, que preza o livre exercício do pensamento, as indagações acima não seriam um despautério. São sinalizações que apontam para o principal problema atualmente presente nesse tema: a negação do outro, de sua história, de seus valores, e a forma como cada parte vê seu direito sobre as ilhas. Enquanto os envolvidos estiverem ocupados em construir a memória da guerra como instrumento de legitimação de direitos, em ironizar as manifestações do oponente por meio de provocações e em fazer uso da questão em ações de política interna, nada de produtivo surgirá nos próximos anos.

Cabe lembrar que, entre 1945 e 1982, a negociação não era estranha à política de Londres, e que as ações argentinas, no início de abril de 1982, não objetivavam, inicialmente, o conflito e sim a negociação, interpretação comum na historiografia. Ademais, no dia 4 de março de 1982, em entrevista dos chanceleres brasileiro e argentino, Saraiva Guerreiro e Costa Méndez, realizada sem a presença das delegações, Costa Méndez anunciou que a Argentina se preparava para tomar *uma ação mais decisiva* (grifo do autor) nas Nações Unidas, não se contentando com as resoluções da Organização que recomendavam negociações, já que não tinham ocorrido avanços substanciais nas mesmas.

A diferença básica entre as duas posições seria que enquanto a Grã-Bretanha encontrava-se pronta para resolver a questão, respeitando os *wishes* da população local, a Argentina estava disposta a respeitar os *interests* dessa população. Segundo Costa Méndez, em registro do Itamaraty,

Para isso, a Argentina, além de respeitar os direitos de propriedade, que continuariam a ser regidos pelos dispositivos da Common Law, estaria disposta a conceder à população o direito de eleger autoridades locais, conservar a língua e estar isenta de serviço militar no Exército argentino. Os que preferirem poderão receber propriedades equivalentes no território continental argentino, em condições similares de clima e ecologia, mas com comunicações melhores, infra-estrutura, etc. A Argentina está também disposta a conceder todas as facilidades aos que preferirem reinstalar-se na Austrália, na Nova Zelândia ou em outro país.

Embora a Argentina, naquele momento, não transigisse quanto à soberania, as concessões anunciadas eram surpreendentes, assim como a disposição em forçar a negociação. A cúpula militar contava com o apoio norte-americano para levar o tema ao debate nas Nações Unidas. O esforço do chanceler Alexander Haig demonstra que o cálculo estratégico dos dirigentes argentinos não era infundado. O que Costa Méndez não considerou da forma devida foi a contundente reação britânica.

No ano do 32º aniversário do conflito, um duplo movimento anima os debates sobre as Malvinas, o petróleo e a geopolítica do Atlântico Sul. De um lado, *islanders* e britânicos recusam o debate sobre a soberania, concentrando os argumentos na autodeterminação dos povos, utilizado de modo distinto do que as Nações Unidas reconheceram na década de 1960, mas potencializado pelo plebiscito realizado há pouco mais de um ano. De outro, os argentinos e os organismos internacionais sul e latino-americanos propõe a retomada das negociações, afirmando a soberania argentina e centrando esforços em temas geopolíticos. O melhor termo para descrever a situação talvez seja impasse. Sabe-se, ademais, que as relações internacionais não são relações ditadas pela volição e sim por interesses. Se atualmente as três (ou mais) partes estão insatisfeitas, em alguma medida, com as restrições e as tensões presentes, não seria *desejável*, como diria Norberto Bobbio, que alguma forma de diálogo fosse estabelecida?

## Bibliografia

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. In ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (org). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- BERNAL, Federico. *Malvinas y petróleo: una historia de piratas*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.
- BOLOGNA, Alfredo Bruno. La cuestión Malvinas: una lectura desde lo económico. In BOLOGNA (org). *La política exterior del gobierno de Kirchner*, v. 1, tomo IV. Rosario: CERIR: UNR Editora, 2006.
- HEPPLE, Leslie W. La geopolítica de las Falklands/Malvinas y el Atlántico Sur: percepciones, percepciones erróneas y rivalidades británicas y argentinas. In KELLY, Philip; CHILD, Jack (org). *Geopolítica del Cono Sur y la Antártida*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1990.
- KLARE, Michael T. *The race for what's left: the global scramble for the world's last resources*. New York: Metropolitan Books, 2012.
- MARGHERITIS, Ana. Malvinas: el problema del petróleo y el conflicto anglo-argentino, *Ciclos*, año II, vol. II, nº 3, 2º sem 1992, p. 112-146.
- RAPOPORT, Mario et al. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. *A construção do entendimento: relações Brasil-Argentina (1958-1986)*. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

## Resumo

O início da produção de Petróleo ao norte das ilhas Malvinas, com início previsto para os anos 2018-2019 tem elevado o tom de argentinos, ingleses e ilhéus na defesa de seus direitos. De um lado, *islanders* e britânicos recusam o debate sobre a soberania, concentrando os argumentos na autodeterminação dos povos. De outro, os argentinos e os organismos internacionais sul e latino-americanos propõe a retomada das negociações, centrando esforços em temas geopolíticos. Em meio ao impasse, haveria espaço para o diálogo?



## Abstract

The start of the oil production in the North of the Falkland Islands; which is predicted to begin around 2018-2019 has been raising the animosity in discussions among the Argentinian, the British and the Islanders, each defending their own rights. The Islanders and the British refuse to discuss the sovereignty, focusing their argument in the self-determination. On the other side, the Argentinians and the South American and Latin American international organizations propose the restart of negotiations, converging efforts on geopolitical matters. Would there be a place for dialog within this impasse?

Palavras-chave: Malvinas; Petróleo; Atlântico Sul

Key words: Falklands; Oil; South Atlantic

*Recebido em 01/04/2014*

*Aprovado em 25/04/2014*